

O PERCURSO DE UMA TRANSFORMAÇÃO NO MUSEU DO CEARÁ DE 1990 A 2008

Yazid Jorge Guimarães Costa¹

Resumo: Este trabalho apresenta um breve percurso a partir das investidas nas fontes documentais realizadas no âmbito do projeto de dissertação intitulado “O Museu do Ceará e uma trajetória de transformação (1990-2008)”. Apresentamos parte das respostas que encontramos ao inquirir nossas fontes, relacionando os fatos interpretados por meio destas, aos conceitos de museu, memória, patrimônio e coleção. Com isto, visamos deixar claro para os leitores as motivações que nos levaram a priorizar estes conceitos como elementos chave para a compreensão deste período da história do Museu do Ceará, bem como das práticas de gestão desenvolvidas nesta instituição.

Palavras-chave: Museu do Ceará, memória, patrimônio.

Este trabalho é fruto de algumas discussões desenvolvidas no âmbito das disciplinas do curso de mestrado em Memória Social do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPG-MS) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Estas foram direcionadas de modo a embasar teórica e metodologicamente a pesquisa para o projeto de dissertação intitulado “O Museu do Ceará e uma trajetória de transformações (1990-2008)”.

É objetivo geral desta pesquisa, apreender como foi possível a transformação das práticas discursivas institucionais desenvolvidas no Museu do Ceará, na sua recente trajetória, em um recorte temporal que vai de 1990 a 2008. O que está em jogo neste momento não é apenas quem controla o poder de decisão de qual discurso será posto, quais memórias serão representadas neste espaço, mas, também, como elas serão apresentadas ao público visitante.

Como objetivos específicos desta pesquisa, a partir da compreensão da história como um campo de possibilidades, será perseguida a apreensão das condições políticas

¹ Aluno mestrando em Memória Social do Programa de Pós-Graduação em Memória Social – PPG-MS, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Orientado por Dra. Marília Xavier Cury, é Bolsista CAPES/DS. É, ainda, graduado no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Ceará, e foi estagiário do Núcleo Educativo do Museu do Ceará, por meio da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, no período de maio de 2008 a agosto de 2009. E-mail: yazidjorge@gmail.com



e sociais que permitiram neste período a ascensão da Nova Museologia e da História Social como teoria e prática dominante no discurso museológico do Museu do Ceará.

Buscaremos ainda, através da análise dos registros sobre as ações de comunicação desenvolvidas pela instituição, notadamente através da museografia e da ação educativa, o entendimento das particularidades que caracterizam a escrita da História do Ceará, e a quais tendências estas escritas se vinculam, buscando entender, também, quais as concepções de memória, história, patrimônio e museu ficam aparentes na construção discursiva da instituição.

Apresentaremos, então, a seguir, algumas reflexões, bem como parte do percurso seguido em nossas fontes, sendo elas inicialmente compostas pela pesquisa realizada a partir de iniciativa da instituição ao longo dos últimos anos, posta à disposição dos pesquisadores sob a forma da publicação “Museu do Ceará – 75 anos”, de 2007, editada pelo diretor do Museu do Ceará e pelo pesquisador Antônio Luiz Macêdo e Silva Filho.

Tal publicação representa um rico *corpus* documental, recheado de informações sobre o Museu do Ceará, em um recorte anterior a sua criação, em 1932, até 2007, colhidas em inúmeros jornais, livros, convites para aberturas de exposição, cursos, panfletos, e muitos outros documentos institucionais.

Não obstante, sabemos ser esta publicação também fruto de uma edição, seja ela realizada por fins de forma ou de conteúdo, e, neste sentido, adicionamos ao nosso conjunto de documentos ainda algumas matérias que não foram inseridas na referida publicação, registros escritos e iconográficos de montagem de exposição, bem como pretendemos realizar entrevistas com figuras que consideramos chave para a compreensão deste processo. São eles, os antigos diretores, administradores, coordenadores e monitores (estagiários) do Núcleo Educativo, funcionários de serviços gerais, e colaboradores da instituição.

Para entender tal transformação, precisamos compreender, primeiramente, o que mudou neste período. Neste sentido, nossa análise priorizará a compreensão das noções de memória coletiva e social, história, museu, patrimônio e educação. Tal se dá no sentido tal que percebemos que foram estes os conceitos que se transformaram no Museu do Ceará.

No entanto, para o texto que segue, priorizaremos a apresentação da reflexão com nossas fontes, no sentido de fazer compreender ao leitor, os motivos que nos levaram a elencar tais conceitos como preeminentes para nossa compreensão deste

período da instituição. Isto se dá no sentido, também, de nos permitir uma visão ampla das políticas de gestão empreendidas por estes vários sujeitos.

Apesar de termos consciência de que todos marcos são subjetivamente construídos, acreditamos, a partir da crítica inicial de nossas fontes, três ocorrências são emblemáticas para a possível transformação destas práticas discursivas.

A mudança da localização do Museu é uma delas. Desde 09 de fevereiro de 1971² localizado à avenida Barão de Studart, número 410, antiga residência oficial do governador, em 1990 o Palacete Senador Alencar é reinaugurado pelo Governo do Estado do Ceará com a presença do então Governador do estado do Ceará, Tasso Ribeiro Jereissati, bem como da sua Secretária da Cultura, Violeta Arraes, onde é demonstrada a intenção de neste espaço ser localizado o ainda denominado Museu Histórico e Antropológico do Ceará.

Sobre o assunto, Violeta Arraes afirma em fala ao jornal Tribuna do Ceará, em 26 de março de 1990, que

não há no mundo cultura alguma que se sustente sem um solo. O prédio não é um mero edifício antigo, ao contrário, é um templo onde será dada continuidade ao trabalho da cultura cearense. Para cá virá a história do Ceará. O Museu abrirá suas portas para a visitação popular, a fim de que o povo tenha acesso a sua história. (MUSEU DO CEARÁ 75 ANOS, 2007: 233)

A mudança da localização da sede do museu para o referido prédio - construído entre 1856 e 1871 para ser a antiga Assembleia Provincial, e, tombado como monumento histórico nacional em 1973³ – não aconteceu de maneira abrupta.

Desde meados da década de 1970 tal mudança era pleiteada por determinados setores da intelectualidade cearense, como fica a matéria publicada em 06 de maio de 1977, no jornal O Povo, que versando sobre a instalação, no então Museu Histórico e Antropológico do Ceará, do Centro de Estudos Históricos e Antropológicos do Ceará, afirma que durante a sessão inaugural deste centro, entre outros assuntos abordados, é

² O Jornal *Gazeta de Notícias* publicou matéria no dia 10 de fevereiro de 1970 noticiando a reinauguração do então Museu Histórico e Antropológico do Ceará, neste endereço, no dia anterior. A mudança da sede foi publicada ainda em matéria do jornal *O Povo* do dia 23 de novembro de 1970, que ocorreria em meio a outras mudanças. O mesmo jornal ainda denunciou no dia 03 de junho de 1970, o descaso do Poder Público para com a instituição, que estava sem acesso à eletricidade, água, e também a baixa remuneração dos funcionários, à exceção do então diretor, Celso Girão. (MUSEU DO CEARÁ - 75 ANOS, 2007: 169)

³ O prédio da Antiga Assembleia Provincial foi incluído nos Livros Histórico e de Belas Artes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, na data de 28 de fevereiro de 1973, a partir do processo de número 0863-T-72. (LIMA; MELHEM; POPE, 2009: 23)

posto em relevo a formação de uma comissão do Centro ao secretário da Cultura, Ernando Uchoa Lima,

com a finalidade de solicitar a interferência daquela autoridade quanto à possibilidade da transferência do Museu para a atual sede da Assembléia Legislativa. A idéia partiu do professor Clóvis Matos Reis e, no encontro com o secretário será feita explanação de motivos, mostrando da necessidade do Museu no centro da cidade. Como se sabe, o governador Aduino Bezerra cedeu o antigo prédio da Assembléia Legislativa à Academia Cearense de Letras para que a referida entidade possa funcionar naquela edificação. Será sugerido, inclusive, ao secretário de Cultura que, em vez de o prédio da Assembléia seja transformado em sede da Academia, o mesmo sirva como abrigo para o Museu, e o atual prédio do Museu acolha os imortais da ACL. (Idem: 189)

Em 19 de maio do mesmo foi publicado pelo mesmo jornal, O Povo, artigo intitulado “Academia ou museu?” assinado por Lauro Ruiz de Andrade, um dos membros da já citada comissão que se dirigiu ao secretário de Cultura. Neste artigo temos o desfecho temporário da disputa, bem como a explicitação de algumas motivações que levaram o grupo a cogitar a transferência da sede para o Palacete Senador Alencar. Comentando a reunião, Andrade afirma que

entre as razões expostas estavam sérios motivos e, se tivessem oportuno encaminhamento à autoridade, talvez justificassem o êxito do pedido. Infelizmente, já havia compromisso anterior, de ser feita a transferência da Academia Cearense de Letras para o prédio da rua São Paulo [... Pois] o museu estadual acha-se localizado em prédio impróprio a sua funcionalidade, embora disponha de terreno de ampliação. [...] O Palácio Senador Alencar, em ponto mais acessível, no centro da cidade, tem a seu favor a proteção do Serviço do Patrimônio Histórico. Mereceria, portanto, ser escolhido para depósito dos troféus de nossa tradição, complementando as funções do Palácio da Luz, em muito boa hora transformado em Palácio da Cultura e Arte (Ibid.: 191)

Mas o que seriam os troféus aos qual o articulista se refere? Eles são os objetos colecionados ao longo da história do museu, por meio de coleta, permuta, doação,

aquisição e outros métodos de formação de acervo. Também a significação destes objetos mudou ao longo dos anos, desde exemplos dos tempos passados, “troféus”, como afirma o articulista, salvos pela deterioração ocasionada pelo tempo.

E o que são os objetos colecionados pelo museu se não patrimônios? Eles têm a múltipla faceta de serem fragmentos de memória, e também patrimônios. Mas como estes objetos podem ser também, patrimônios?

Entendemos, aqui, a memória como um processo contínuo que pode ser representado de maneira nem sempre coerente a partir de um conjunto de lembranças construídas tanto a partir de fatos que aconteceram no que chamamos genericamente de realidade, bem como no plano subjetivo da psique humana. Fragmentos que podem ser apreendidos por nós através de variados suportes, tais como a cultural material, registro oral, entre outros⁴.

Sobre a relação entre as práticas de colecionamento e o patrimônio, José Reginaldo Santos Gonçalves afirma que

a categoria ‘colecionamento’ traduz, de certo modo, o processo de formação de patrimônios. Sabemos que esses, em seu sentido moderno, podem ser interpretados como coleções de objetos móveis e imóveis, apropriados e expostos por determinados grupos sociais. Todo e qualquer grupo humano exerce algum tipo de atividade de colecionamento de objetos materiais, cujo efeito é demarcar domínio subjetivo em oposição ao ‘outro’. (GONÇALVES, 2009: 26)

Sobre a natureza do que é o patrimônio, a Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, aprovada na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, reunida em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972, em sua décima sétima sessão, afirma que são patrimônios: os monumentos, definidos como obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência. Neste sentido, os objetos salvaguardados, pesquisados e expostos pelo e no Museu do Ceará, são patrimônio cultural, enquadrados como monumentos.

⁴ Para mais, observar a obra “O que é memória social?”, coletânea organizada por Jô Gondar e Vera Dodebei, a partir das pesquisas efetuadas no Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, publicada em 2005 pela Contra Capa Livraria, Rio de Janeiro, enfatizando os artigos “Quatro proposições sobre memória social” e “Memória, circunstância e movimento”, de Jô Gondar e Vera Dodebei, respectivamente.

Mas há ainda outra possibilidade para os objetos colecionados em um museu. Como fragmento de memória ele pode ser também entendido como um documento de um tempo, tal como monumento legado pelas sociedades que ao longo do tempo foram colecionando objetos em museus.

Le Goff define a relação entre documento/monumento a partir de sua ligação com a memória coletiva e a história. Sobre este – documento/monumento – nos fala que

de fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. (LE GOFF, 2003: 525)

E, amplia ao falar que “estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador.” (Idem: 526)

Le Goff caracteriza monumento como “o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos.” (Ibidem: 526)

Adiciona, também, que “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder.” (Ibid.: 536) e que “o documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente.” (Ibid.: 537)

Conclui, após discorrer sobre o alargamento da definição de documento, que ao longo do tempo passou a representar não apenas os textos escritos, mas quaisquer vestígios de outro tempo que chegou ao presente e foi selecionado pelo pesquisador, que “o novo documento, alargado para além dos textos tradicionais, transformado – sempre que a história quantitativa é possível e pertinente – em dado, deve ser tratado como um documento/monumento” (Ibid.: 539).

Mas, Apenas em 1990 o Palacete Senador Alencar passou a ser a casa do Museu do Ceará, e, a Academia Cearense de Letras passou a ser localizada no já referido Palácio da Luz.

É neste momento que também ocorre outra transformação. O Museu Histórico e Antropológico do Ceará passa a ser denominado Museu do Ceará⁵. Tal mudança ocorreu em um ambiente de discussões que implicava qual a identidade do Museu, o que seria representado lá. O que cabia ser representado no museu. Ruoso destaca neste contexto as discussões acerca da defesa da profissão de museólogo e da prática museológica no Estado do Ceará a partir das figuras de Henrique Barroso Medeiros, João Alfredo Donas de Sá Pessoa e Gilberto Brito, sendo os dois primeiros museólogos, e o último, restaurador.

Cabe destacar a atuação de outros profissionais ligados ao Departamento de Patrimônio da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, do qual, além do já referido João Alfredo Donas de Sá Pessoa, figurou a professora do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, Simone de Sousa, que, segundo Ruoso, foi a responsável pelo terceiro marco ao qual nos reportamos, seja este, a mudança no perfil de gestão do Museu.

Em meio ao clima de discussões e possíveis transformações, museólogos e historiadores travavam embates pelo controle das práticas discursivas nos museus do Ceará, e que no caso específico do Museu do Ceará, esta afirma em nota que

Simone de Sousa, professora do Departamento de História da UFC, estava no Departamento de Patrimônio durante a gestão de Violeta Arraes na Secretaria de Cultura do Estado. Foi quando decidiu ocupar o Museu do Ceará e garantir este lugar para os historiadores. Não concordava com a visão histórica do professor Sá Pessoa e não havia sido consultada sobre a indicação do mesmo para assumir a gestão do Museu do Ceará. Fez esta declaração quando foi entrevistada pelo Caderno 3 do Diário do Nordeste, sem data, e ainda continuou: ‘a nossa concepção é enfocar o homem e seu cotidiano.’ (RUOSO, 2009: 225-226)

O perfil de gestão seguido de 1990 a 2008 passou a ser de historiadores academicamente formados, notadamente pela Universidade Federal do Ceará.

Tais discussões e transformações iniciais fazem parte de um contexto maior, que engloba a política estadual, não apenas voltada a cultura. Este foi um momento em que

⁵ Apesar de Carolina Ruoso (2009) afirmar que a mudança da nomenclatura da instituição ocorreu em 1990, não conseguimos confirmar tal informação. Em nossas fontes, apenas em 1993 ele passa a ser chamado nos discursos oficiais como Museu do Ceará, o que ainda cabe futura análise e busca por fontes complementares para a discussão.

o perfil de gestores dos equipamentos do estado, iniciado no governo de Tasso Jereissati passou a ser pautado pelo perfil técnico, visando a modernização do estado do Ceará.

É então, após um momento de instabilidade, e em um período sobre o qual ainda não dispomos de fontes suficientes para uma análise mais aprofundada (1990-1992), que em 1993 assume a direção do Museu do Ceará a historiadora Valeria Laena, que se mantém no cargo até 1998.

Este período é marcado por uma intensa transformação no que vem a ser o conceito de museu nesta instituição, sendo um claro contraste com o período de 1932 a 1990, marcado pela falta de investimento público, às vezes até apreendido enquanto abandono do Museu.

Mas, para que nós possamos entender o que pode ser um museu⁶, é bastante interessante nos apropriarmos das recentes discussões encontradas na obra *Vers une redéfinition du musée*, organizada por François Mairesse e André Desvallées, e fruto das discussões relativas ao encontro ocorrido em 2005 na cidade de Calgary, no Canadá, do ICOFOM – International Committee for Museology – onde foram discutidas as possibilidades de redefinição do que vem a ser um museu, que, por fim, determinou que

le musée est une institution au service de la société, qui a pour mission d’explorer et de comprendre le monde par la recherche, la préservation et la communication, notamment par l’interprétation et par l’exposition des témoins matériels et immatériels qui constituent le patrimoine de l’humanité. C’est une institution sans fins lucratifs. (MAIRESSE; DESVALLÉES, 2007: 14)⁷

Nesta obra, é interessante para nossa discussão, mais especificamente, o texto de autoria de Ivo Maroevic, intitulado *Vers la nouvelle définition d’un musée*, onde o autor nos apresenta duas possibilidades de definição do que é museu, como conceito e como espaço museológico.

⁶ O Código Deontológico para Museus foi adotado pelo ICOM (sigla em inglês para Conselho Internacional de Museus) em 4/11/1986, em sua 15ª Assembleia Geral, em Buenos Aires, Argentina; foi alterado em 2001, na 20ª Assembleia Geral realizada Barcelona, Espanha, em 06/07/2001, e este define, em seus anexos, museu como “uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da comunidade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, e que adquire, conserva, estuda, comunica e expõe testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, tendo em vista o estudo, educação e fruição”.

⁷ “o museu é uma instituição a serviço da sociedade, que tem por missão explorar e compreender o mundo através da pesquisa, da preservação e da comunicação, notadamente por meio da interpretação e exposição, dos testemunhos materiais e imateriais que constituem o patrimônio da humanidade. É uma instituição sem fins lucrativos.” (tradução nossa) MAIRESSE, François; DESVALLÉES, André. *Vers une nouvelle définition du musée*. IN: MAIRESSE, François; DESVALLÉES, André. *Vers une redéfinition du musée*. Paris: L’Harmattan, 2007. p. 14.

A primeira se dá a partir da idéia de museu como instituição, onde o autor se apropria das idéias contidas na tese de doutorado de Peter Van Mensch, que afirma que “un musée est une institution muséologique permanente qui conserve des collections de documents physiques et produit un savoir sur ces documents physiques.”⁸ (VAN MENSCH *apud* MAIRESSE; DESVALLÉES, *op cit.*: 138)

A segunda definição vem da idéia de museu como estabelecimento, também desdobrada a partir da tese de Peter Van Mensch, que afirma

les établissements muséologiques sont toutes les entités qui travaillent ou peuvent travailler dans le domaine de la protection du patrimoine et de la communication de ses valeurs, depuis le musée sous toutes ses formes, depuis les centres, les parcs, e les réserves, les lieux et les bâtiments historiques, les fermes et les Villes vivantes, au travail sur les matériaux écrits et imprimés dans les archives et les bibliothèques ou aux formes institutionnelles de soin du patrimoine architectural. (VAN MENSCH, *op cit.*: 193)⁹

Neste sentido, acreditamos que o Museu do Ceará encaixa-se não apenas nas definições que Ivo Maroevic nos apresenta, a partir de Peter Van Mensch, bem como aquela apresentada pela carta de Calgary, tendo em vista os pontos de contato entre estas duas possibilidades de interpretação para a definição do que é museu. Explicitam-se as congruências a partir do conhecimento de que no período o qual nos propomos a analisar, há não apenas a comunicação do patrimônio salvaguardado neste estabelecimento, bem como uma ênfase na preservação deste patrimônio – instalação da reserva técnica em 1996 – e o desenvolvimento de pesquisas no, e sobre a instituição e estabelecimento.

Foram ações realizada durante esta gestão, pontualmente: a apresentação de inúmeras exposições de curta duração, grande parte delas de caráter artístico, sem o uso

⁸ “um museu é uma instituição museológica permanente que conserva as coleções de documentos físicos e produz um saber sobre estes documentos físicos.” (tradução nossa) VAN MENSCH, Peter. Towards a methodology of museology. Manuscrito, Tese de Doutorado. Universidade de Zagreb, 1992. APUD MAROEVIC, Ivo. Vers la nouvelle définition d’un musée. IN: MAIRESSE, François; DESVALLÉES, André. Vers une redéfinition du musée. Paris: L’Harmattan, 2007, p. 139.

⁹ “Os estabelecimentos museológicos são todas as entidades que trabalhem ou possam trabalhar no domínio da proteção do patrimônio e da comunicação de seus valores, desde o museu sob todas suas formas, os centros, os parques e as reservas, os lugares e as construções históricos, as fazendas e as cidades vivas, ao trabalho sobre os materiais escritos e impressos nos arquivos e bibliotecas ou às formas institucionais de proteção do patrimônio arquitetônico.” (tradução nossa) VAN MENSCH, Peter. Towards a methodology of museology. Manuscrito, Tese de Doutorado. Universidade de Zagreb, 1992. APUD MAROEVIC, Ivo. Vers la nouvelle définition d’un musée. IN: MAIRESSE, François; DESVALLÉES, André. Vers une redéfinition du musée. Paris: L’Harmattan, 2007, p. 139.

do acervo salvaguardado no Museu, notadamente de artistas cearenses, com temas desde Jangadas, em 1998, com cerca de 50 obras de 40 artistas cearenses; Tauape, em 1996, exposição de xilogravuras sobre o bairro de mesmo nome da capital cearense; Três amigos, em 1995, com pinturas dos artistas Raimundo Fágner, Antônio Laprovitera e Wiron Batista; Quem somos nós, em 1994, exposição de fotografias de Celso Oliveira e Tiago Santana, onde foi discutida a identidade cearense.

Apesar da predominância de exposições temporárias de caráter “artístico”, já neste momento exposições de caráter histórico foram sendo apresentadas ao público, como: A escravidão no Ceará, com curadoria da historiadora Berenice Abreu de Castro Neves, futura diretora do Museu; e Religiosidade no Ceará, cuja curadoria ficou sob a responsabilidade do também futuro diretor do Museu do Ceará, Francisco Régis Lopes Ramos, ambas em 1994, entre outras.

Acreditamos que o não uso em larga escala do acervo salvaguardado pela instituição se deva, entre outros motivos, às outras ações postas em prática por esta gestão no sentido de modernizar o museu, não apenas no que é entendido por museu, enquanto teoria, mas enquanto prática.

Foram ações deste tipo: o envio de peças do Museu para outras unidades da federação para restauro, tendo em vista décadas de não possibilidade de uma prática adequada de conservação, devido a fatores diversos, mas notadamente ao não investimento do setor público, pois, como apresentado nas discussões sobre a transferência da sede, já havia preocupação sobre a conservação do acervo do museu; instalação de uma reserva técnica no museu (1996); o inventário do acervo do Museu do Ceará, cuja responsabilidade foi da historiadora pernambucana do Museu do Estado de Pernambuco, Gisete Pereira (1996); adequação do prédio para a utilização enquanto museu (1990-1998); climatização do prédio (1997); entre outros.

Tais ações fizeram parte do plano de requalificação do Museu do Ceará, e culminaram com a elaboração da exposição de longa duração denominada “Terra da Luz e Ceará-moleque: que história é essa?”, aberta ao público em 25 de março de 1998, cuja museografia foi de responsabilidade da arquiteta Gisela Magalhães, profissional de reconhecido destaque no período no âmbito dos museus, ficando a pesquisa histórica sob a responsabilidade do historiador, professor do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, Sebastião Rogério da Ponte.

Outra ação que julgamos de extrema relevância para a apreensão da transformação das práticas discursivas institucionais do Museu do Ceará, foi a

instalação de um Núcleo Educativo em 1998. Esta também não foi uma ação que ocorreu sem um processo que a respaldasse. Desde 1995 foram ministradas inúmeras oficinas de educação patrimonial pela socióloga Fátima Façanha, que tornou-se em 1998 coordenadora do recém-fundado Núcleo Pedagógico. Este era composto por quatro estagiários e dois monitores das áreas de pedagogia, história, sociologia e biblioteconomia. Em 03 de março de 1998, no entanto, há notícias de que os responsáveis pelo Núcleo Pedagógico seriam os professores Maria Célia, de quem ainda não dispomos informações, e do já citado Sebastião Rogério da Ponte.

O referido Núcleo Pedagógico, em suas oficinas ministradas a professores e coordenadores da rede pública e privada de ensino, bem como outros interessados, tinha como objetivo não só a formação de público para o Museu, mas, principalmente, a capacitar tais visitantes sobre como o museu poderia ser visitado.

É transformada, também, a visão de como deve ser a educação em um museu. Ruoso (2009) identifica na gestão de Osmírio Barreto, de 1971 a 1990, uma intensa preocupação com o papel educativo do Museu Histórico e Antropológico do Ceará, no entanto, o classifica a partir da noção de “educação bancária”, de Paulo Freire.

No período de 1993 a 1998, a educação pensada a ser desenvolvida no museu se relaciona com a ideia de que o visitante ao percorrer uma exposição deve ser “envolvido pela informação”¹⁰, além, é claro, do caráter multidisciplinar do Núcleo Pedagógico, que como já afirmado, contou com profissionais de áreas diversas.

O projeto de requalificação do Museu do Ceará, durante tal período, foi financiado em sua maior parte pelo Ministério da Cultura, e, de forma complementar, pelo Governo do Estado. Nossas fontes apresentam uma variação entre 450 a 700 mil reais, no total investido neste período. Apesar deste investimento que consideramos maciço – tendo em vista o período anterior, marcado por pedidos de verba e, pelo que percebemos, estes pedidos sendo ignorados pelos governadores anteriores – durante a gestão de 1993 a 1998 foram pensadas inúmeras soluções para financiamento paralelo ao do Governo do Estado. Foram elas a criação da Associação de Amigos do Museu do Ceará, criada em 1996, a criação de uma loja de souvenirs conjuntamente à abertura da exposição de longa duração em 1998, a locação do espaço do museu para eventos

¹⁰ Em matéria publicada no jornal *O Povo* de 28 de maio de 1998, Gisela Magalhães comenta que “o mais importante no novo projeto do museu é fazer com que as pessoas se sintam envolvidas pela informação, recebendo isso de forma quase tátil. Dessa forma elas próprias vão colocar à prova sua criatividade”. (MUSEU DO CEARÁ 75 ANOS, 2007: 254)

diversos, cursos, bem como a aplicação da Lei Jereissati (incentivo cultural), e do Fundo Estadual de Cultura.

Ainda em 1997 podemos, a partir de fala da diretora, perceber parte das intencionalidades do grupo gestor ao realizar esta série de ações, que podem ser colocadas no que esta chama de “reforma”, Valéria Laena afirma em matéria no dia 21 de fevereiro de 1997, no jornal Diário do Nordeste, que “depois da reforma, acredito que o museu será a menina dos olhos dos guias de turismo. No ano passado tivemos uma média de três mil visitantes mensais. A expectativa é dobrar este número.” (MUSEU DO CEARÁ 75 ANOS, 2007: 252).

No entanto, apesar da intensa repercussão em jornais, após a reinauguração do Museu do Ceará com sua exposição de longa duração, e sala dedicada a exposições temporárias, como é perceptível pelo número de artigos em jornais do Ceará nos dias seguintes, não podemos afirmar que tais intencionalidades se efetivaram. A matéria do dia 08 de julho de 1998, logo, quase quatro meses após a reinauguração do Museu dá conta de que a média de público estava em cerca de 2000 visitantes mensais.

Um dos fatos que gostaríamos de pôr em relevo, também, é a realização do curso “Museologia, museu, educação e cidadania”, em maio de 1998, pela museóloga da Universidade Federal da Bahia, Maria Célia Santos, que acreditamos ter sido extremamente importante para o desenvolvimento futuro da ação educativa no Museu do Ceará, que combinada à museografia desenvolvida neste espaço, irá buscar não apenas virar “a menina dos olhos dos guias de turismo”, mas incluir cada vez mais sujeitos enquanto frequentadores de museu, em um exercício de cidadania.

Em 1999 Berenice Abreu de Castro Neves assume a direção do Museu do Ceará. Não podemos afirmar, ainda que superficialmente, que tal gestão deixou marcas profundas na história da instituição. Tal gestão durou pouco mais de um ano, se encerrando em maio de 2000, quando assume Francisco Régis Lopes Ramos.

Esta gestão deu continuidade às práticas anteriores, e também reativou alguns projetos da gestão anterior, como a exibição de vídeos no auditório do Museu pra a população. Tais exposições marcaram a gestão anterior, e imaginamos que ela também fazia parte de uma estratégia de formação de público de museus, tendo em vista o que já foi dito sobre a impossibilidade de uso efetivo do acervo, bem como da duração das inúmeras reformas no prédio, desta forma levando os passantes ou transeuntes ao museu, que eles ficassem um pouco mais e criassem o hábito de ir ao museu.

A gestão de Francisco Régis Lopes Ramos é entendida aqui como uma transformação complementar à gestão de Valéria Laena no sentido em que manteve a preocupação anterior acerca da museologia e museografia desenvolvida no Museu do Ceará, mas não se restringiu ao aspecto técnico, buscando a divulgação cada vez mais ampla não apenas do conhecimento histórico, mas, também do conhecimento museológico.

Acreditamos que o grande mérito desta gestão, seja esta, o exercício de divulgação do conhecimento, algo que relacionamos à prática anterior, já sublinhada, da inclusão de cada vez mais grupos enquanto não apenas frequentadores do Museu, mas, principalmente que estes visitantes se identificassem com o que lá era representado.

Apesar de que, como já dito, não termos estatísticas ou contagens oficiais sobre o período de 1990 a 2000, durante tal gestão houve uma preocupação clara acerca da documentação no e sobre o Museu do Ceará, e, desta forma, podemos ver que entre 2000 e 2007 o Museu do Ceará triplicou as visitas, que em 2000 foi de apenas 9108 visitantes, pulando para 15798 visitantes em 2002, alcançando a marca de 29695 visitantes em 2003 e mantendo este patamar até 2007, com pico de 31162 visitantes em 2006.

Se analisarmos estas médias com a referência dos cerca de 3000 visitantes em 1996, infelizmente o Museu do Ceará não conseguiu se recuperar da enorme queda de visitação, e sobre isto podemos nos perguntar, analisando futuramente as estatísticas do período anterior, de 1971 a 1990, se estas mudanças, no fim, foram de fato inclusivas ou na verdade afastaram os visitantes do Museu do Ceará?

Bem, estas perguntas ficam para o futuro, mas e como o Museu passou de cerca de 9000 visitantes para 30000 visitantes anuais?

Como já apresentamos, acreditamos que tal se deu ao enorme esforço de divulgação empreendido pelo Museu do Ceará no período. Este foi caracterizado pelo lançamento da Coleção Outras Histórias, em 2001, dedicada a publicação de textos inéditos em formato de bolso, de baixo custo, que versassem sobre o Ceará, o Museu, reedições de obras esgotadas, entre outras.

Outras ações desenvolvidas pelo Museu do Ceará no período foram as edições da Semana Paulo Freire, onde temas como educação, memória, cultura material, história, museu e cidadania foram discutidos, desde 2001 em realizações anuais.

Houve em 2007, também, uma reformulação da exposição de longa duração, além de uma profusão de exposições temporárias, algumas vindo a ser posteriormente

inseridas no circuito de exposição de longa duração, como o atual último módulo, “Fortaleza: Imagens da Cidade”, fruto de uma exposição aberta ao público em 2001, de curadoria de Antônio Luiz Macedo e Silva Filho.

Ceará: História no Plural, a atual exposição de longa duração do Museu do Ceará tem mudanças significativas em relação à anterior. Como não podia deixar de ser, a maior parte dos objetos é o mesmo, mas a intenção e a forma são bastante diferentes.

Como já posto, a exposição “Terra da Luz e Ceará-moleque: Que história é essa?” recebeu um tratamento expográfico que priorizava a experiência estética e lúdica da visita ao museu, ainda que nunca perdendo de vista o caráter comunicacional do museu, e a busca da ampliação do público de museus, porém, o que ficou claro é que o público ambicionado na gestão anterior não era o público que poderia se identificar, e, talvez, ver aquelas memórias que ali eram representadas por objetos – talvez nem pudéssemos falar que era memórias, mas apenas fragmentos desta – como suas, ou, ainda, aqueles objetos como patrimônios.

A partir da ideia da “palavra geradora”, de Paulo Freire, adaptada ao contexto de museus e de “objeto gerador” (ainda que não seja esta uma ideia original do Museu do Ceará, segundo Mário Chagas), o público alvo do Museu do Ceará voltou a ser o de estudantes, fossem eles de quaisquer níveis, infantil, fundamental, médio e superior, da rede pública e privada de ensino, sendo esta sua vocação desde sua fundação, porém, diferente da “educação bancária”, como afirmou Ruoso, que caracterizou o período de 1971 a 1990.

A ideia de objeto gerador busca fazer com que o visitante reflita sempre a partir do próprio cotidiano, e desta forma, o Museu ambiciona tornar acessível um conhecimento histórico e historiográfico – do qual a maior parte da população não tem acesso ou familiaridade.

CONCLUSÃO

Acreditamos, então, com esta contextualização, ser possível para o leitor compreender as motivações que nos levam a eleger como objetivos específicos desta pesquisa, quais sejam, através da análise das ações de comunicação, notadamente a museografia das exposições de longa duração do Museu do Ceará e ação educativa, buscaremos a apreensão das particularidades que caracterizam a escrita da História do Ceará neste espaço, e a quais tendências estas escritas se vinculam, buscando entender, também, quais as concepções de memória, museu e patrimônio ficam aparentes na

construção discursiva da instituição, bem como quais as políticas de gestão desenvolvidas pela instituição.

BIBLIOGRAFIA

CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL. Conferência Geral da UNESCO, reunida em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972.

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (orgs.). O que é memória social? Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado Do Rio de Janeiro, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Org.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. 2ª Ed.

HOLANDA, Cristina Rodrigues. Museu Histórico do Ceará: a memória dos objetos na construção da História (1932-1942). Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2005.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LIMA, Francisca Helena Barbosa; MELHEM, Mônica Muniz; POPE, Zulmira Canário (orgs). Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: 1938-2009. Rio de Janeiro: IPHAN / COPEDOC, 2009.

MAIRESSE, François; DESVALLÉES, André. Vers une redéfinition du musée. Paris: L'Harmattan, 2007.

OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues. Juntar, separar, mostrar: memória e escrita da história do Museu do Ceará (1932-1976). Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2009.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. A danação do objeto: o museu no ensino de história. Chapecó: Argos, 2004.

RUOSO, Carolina. O Museu do Ceará e a linguagem poética das coisas (1971-1990). Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2009.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e; RAMOS, Francisco Régis Lopes (Orgs.). Museu do Ceará 75 anos. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2007.